UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SERGIPE

Informe de Política Exterior Brasileira
Nº 676
26/09/2021 a 02/10/2021[1]

unesp

O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Coordenação: Profa. Dra. Bárbara Motta, Prof. Dr. Eduardo Mei, Profa. Dra. Érica Cristina Winand, Prof. Me. Jorge Oliveira Rodrigues, Profa. Dra. Lívia Peres Milani.

Equipe de revisão: Profa. Dra. Lívia Peres Milani, Prof. Guilherme Paul Berdu, Arthur de Freitas, Cecília Arruda, Heitor Torres Vieira, Larissa Aguiar Albuquerque, Mariah Luiza dos Anjos, Pedro Henrique Esteves, Samuel Davis Domingues, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Wancerlon Delfino.

Equipe de redação: Arthur de Freitas, Cecília Arruda, Heitor Torres Vieira, Larissa Aguiar Albuquerque, Mariah Luiza dos Anjos, Pedro Henrique Esteves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Wancerlon Delfino.

[1] Nos dias 20, 23 e 25 de setembro não houve notícias de política exterior brasileira.

Ministro do Meio Ambiente abordou o plano de neutralidade climática

Segundo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, os detalhes do plano de neutralidade climática brasileiro para 2050 serão apresentados ao público antes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), que ocorrerá em novembro na Escócia. Leite declarou que o principal compromisso do país no momento é combater o desmatamento, principalmente na Amazônia, e afirmou que será dada uma direção em relação às atividades que deverão ser monitoradas para atingir a meta de 37% de redução das emissões de gases de efeito estufa no país até 2025, 43% até 2030 e neutralidade até 2050 (O Estado de S. Paulo – Impresso – Economia & Negócios – 27/09/2021).

Embaixadas brasileiras dificultaram obtenção de visto humanitário para afegãos

Entidades e pessoas afirmaram que as novas exigências das embaixadas brasileiras estão inviabilizando a obtenção de visto humanitário para afegãos que tentam fugir do Talibã. Apesar do governo federal, no dia 03 de setembro, ter lançado uma portaria que regulamenta os documentos necessários para a aquisição do visto, as embaixadas exigiram que os afegãos além de constatarem que possuem plano de saúde e odontológico, renda mensal, hospedagem, alimentação, transporte e teste PCR para Covid-19, também terão de comprovar que serão mantidos por alguma organização no Brasil durante 6 meses. Assim, através de mídia social, a Embaixada no Paquistão publicou uma nota em que fez as novas exigências, mas dois dias depois o documento foi excluído. Entretanto, as novas solicitações também foram exigidas pela Embaixada no Irã a uma entidade que atende refugiados em São Paulo e pela Missão Diplomática em Ancara, na Turquia. O Ministério das Relações Exteriores afirmou que as orientações foram repassadas para as embaixadas apenas para casos em que o pedido do visto humanitário se dê por meio de instituições privadas ou Organizações Não-Governamentais (ONGs) e que envolva um grande número de pessoas a serem acolhidas (Folha de S. Paulo - Impresso - Mundo - 28/09/2021).

Guedes protestou em relação à modernização do Mercosul

No dia 30 de setembro, no Ministério das Relações Exteriores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou o Itamaraty e sua própria Pasta por manterem a economia brasileira fechada por anos e teceu comentários a respeito da modernização do Mercosul. Guedes demonstrou desejo em reduzir 10% da Tarifa Externa Comum (TEC), taxa de importação de produtos advindos de países externos do bloco sul-americano. Entretanto, enfrentou dificuldades, visto que as mudanças de regras devem ser realizadas através de unanimidade (O Estado de S. Paulo - On-line - Economia - 30/09/2021).

Brasil solicitou maior regularidade nos voos com deportados dos EUA

O Ministério de Relações Exteriores (MRE) exigiu que os indivíduos deportados dos Estados Unidos (EUA) com destino ao Brasil fossem tratados com mais humanidade. Dessa maneira, visando aumentar a regularidade dos voos, o MRE solicitou a retirada de algemas durante o trajeto, a diminuição da deportação de brasileiros adotados por pais estadunidenses e avaliação individual em casos de emergência humanitária. Tais exigências se deram por conta de uma solicitação dos EUA de triplicar a frequência de voos de deportação destinados ao Brasil, devido a uma crise migratória na fronteira dos Estados Unidos com o México. Segundo o Itamaraty, o principal objetivo desse aumento é diminuir o tempo de estadia dos brasileiros nos campos de detenção estadunidenses, especialmente na pandemia (Folha de S. Paulo - Impresso - Mundo - 30/09/2021).

Itamaraty divulgou nota sobre atentado a consulado da China

No dia 30 de setembro, por meio de nota, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) se pronunciou sobre o atentado ao consulado da China ocorrido no dia 16 de setembro. O MRE afirmou que fará o possível para esclarecer o que aconteceu, responsabilizar o culpado e assegurar a proteção do consulado chinês no Brasil. Durante entrevista, o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, declarou que o incidente foi um caso de política e que o Itamaraty se dispôs a juntar esforços para resolver o caso e garantir a segurança do corpo diplomático chinês. Ademais, a nota divulgada informou que investigações já se iniciaram. (Folha de São Paulo - online - Mundo - 30/09/2021).

Governo Bolsonaro reclamou das regras sanitárias para a participação na COP 26

O governo Jair Bolsonaro (sem partido) criticou as regras sanitárias estabelecidas pelo Reino Unido e pressionou o país na tentativa de revisar as medidas de isolamento obrigatório para a participação de delegações estrangeiras na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26), na Escócia. Membros do governo Bolsonaro argumentaram que tais medidas deixam as nações em desenvolvimento em desvantagem em relação aos negociadores dos países ricos, além de destacarem os custos gerados por essa exigência. Por sua vez, o governo britânico disse que financiaria possíveis custos. Diante disso, o Itamaraty defendeu o caráter inclusivo, amplo e equânime do evento (Folha de S. Paulo – Online – Mundo – 02/10/2021).

Carlos França defendeu uma abordagem regional para a crise de migrantes haitianos

No dia 21 de setembro, nos Estados Unidos, durante um encontro, o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e o secretário de Estado estadunidense, Antony Blinken, discutiram acerca da crise de migrantes haitianos. Devido ao governo de Joe Biden autorizar a deportação em massa de haitianos no país, Blinken pediu ao chanceler brasileiro que aceitasse acolher alguns migrantes. Por sua vez, França afirmou só poder receber as pessoas por motivos de reunião familiar e mencionou países da América Central como nações que também poderiam abrigar os haitianos, defendendo uma solução de abordagem regional. Além disso, afirmou que é preciso resolver as questões de fundo, a fim de fazer a população haitiana ficar no país. Ainda em relação à pauta migratória, o ministro disse que a lista de exigências para a

concessão de refúgio aos afegãos é uma lista normal, mas já está sendo flexibilizada (Folha de S. Paulo – Impresso – Mundo – 02/10/2021).

Itamaraty concedeu visto a 30 refugiados do Afeganistão e avalia situação de 400 pedidos

No dia 1 de outubro, o Ministério das Relações Exteriores informou que trinta afegãos, que buscavam refúgio do regime do Taleban, receberam visto temporário para viajar ao Brasil. Cerca de 400 outros pedidos passam por avaliação protocolar, onde são verificados os antecedentes criminais e outras questões referentes à segurança, além da garantia de renda, hospedagem, alimentação, plano de saúde e testes para Covid-19. De acordo com diplomatas, o governo não tem feito restrições que firam a opção religiosa dos afegãos. Todavia, o processo de concessão de visto tem sido contestado pela Defensoria Pública da União (DPU). (O Estado de S. Paulo - On-line - Internacional - 01/10/2021).